

LEI Nº 2.333/2015

Altera a Lei Municipal nº 1.721/2006 (Código Tributário Municipal) e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Palmas, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica acrescido o art. 235-A à Lei nº 1.721/2006 (Código Tributário Municipal), com a seguinte redação:

"Art. 235-A. O sujeito passivo ou contribuinte portador de enfermidade ou doença grave diagnosticada como AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), Cegueira, Neoplasia maligna ou Paralisia irreversível ou incapacitante terá direito a redução de 30% (trinta por cento) no valor da base de cálculo anual do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

§ 1º Para fazer jus à redução na base de cálculo prevista no caput deste artigo, o sujeito passivo ou contribuinte portador de enfermidade ou doença grave diagnosticada como AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), Cegueira, Neoplasia maligna ou Paralisia irreversível ou incapacitante deverá protocolar, até o último dia útil do mês de novembro do ano anterior ao do lançamento do imposto, requerimento dirigido ao Prefeito Municipal acompanhado do laudo médico pericial respectivo, para a devida comprovação da moléstia.

§ 2º Deverá constar no laudo médico pericial em questão a identificação completa do paciente e do médico responsável pelo laudo, a data na qual a doença foi contraída, a exposição das observações, estudos, exames efetuados e registros das conclusões e o prazo de validade do laudo, em caso de moléstia passível de controle.

§ 3º O laudo médico pericial deverá ser emitido por serviço médico oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios."

Art. 2º Fica o Departamento Municipal de Finanças autorizado a adotar as providências necessárias para a implementação das disposições da presente Lei.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal obrigado a informar na contracapa do carnê de IPTU todas as isenções e descontos do referido tributo, bem como, as datas para requerer o devidos benefícios.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palmas, Paraná, em 21 de outubro de 2015.

Luiz Otávio Sendeski
Presidente do Legislativo

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 23/07/2020